



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

REGULAMENTO

COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL

EM

MEDICAMENTOS

2015

Republicado com a terceira alteração aprovada pela Câmara Municipal em 28/10/2015,
sancionada pela Assembleia Municipal em 3/12/2015.



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

REGULAMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS

PREÂMBULO

O Concelho de Ourique à semelhança da generalidade dos Concelhos do interior do País e do Baixo Alentejo em particular tem vindo a sofrer, nas últimas décadas, um acentuado envelhecimento da sua população que se traduz num aumento significativo do número de reformados, pensionistas e idosos;

Considerando que os idosos são uma das camadas populacionais mais desprotegidas social e economicamente, sendo que, as baixas reformas/pensões auferidas, dificilmente permitem fazer face a todas as despesas necessárias para satisfação das necessidades básicas do dia-a-dia e impedem assim, o acesso de muitas famílias desta faixa etária a condições de vida condignas;

Considerando que o progressivo envelhecimento demográfico está associado ao aumento do consumo de medicamentos necessários à manutenção da saúde, a Câmara Municipal de Ourique, prossequindo uma visão de combate às desigualdades sociais, considera a necessidade de ajudar os idosos do concelho com menores recursos, ao nível das suas despesas na aquisição de medicamentos, pelo que entende dever apoiar a situação através de um regulamento próprio.

O presente regulamento tem por objetivo estabelecer as normas para a atribuição deste benefício na área da saúde, de forma a contribuir para a dignificação e melhoria das condições de vida dos idosos e famílias com baixos rendimentos e encargos pesados com despesas de saúde.

Assim, tendo por base a Lei 169/99 de 18 de setembro na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, que atribui às Câmaras competência para "participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da Administração Central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais pelos meios adequados e nas condições constantes

Y L. R. ch
AR. f. B. J. B. W.
J. B. W.



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

de regulamento municipal", bem como as atribuições dos municípios no domínio da saúde e ação social, consagradas nos artigos 13.º, 22.º e 23.º da Lei 159/99 de 14 de setembro, e o disposto nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, a Assembleia Municipal no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da mencionada Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, sancionou o presente regulamento em 28/04/2008, na sequência da apreciação pública realizada durante o prazo de 30 dias, nos termos do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, sem que tivessem sido apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões.

Passados mais de sete anos de aplicação do REGULAMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS, a experiência permitiu concluir que, após duas alterações, este ainda carece de mais algum ajustamento, a pensar nos mais pobres e desprotegidos e, particularmente nos pensionistas mais idosos, cuja qualidade de vida depende da utilização quase generalizada de medicamentos, que se consubstanciam em avultadas despesas nos seus recursos financeiros, obstando a satisfação de necessidades essenciais, como a alimentação.

Deste modo, a Câmara Municipal propôs uma alteração ao presente regulamento, que visa aumentar para o dobro a comparticipação financeira, na parte que cabe ao Utente, na aquisição mediante Receita Médica de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, a fim de melhor assegurar a garantia da pretensão regulamentada.

Por conseguinte, no seguimento da aprovação pela Câmara Municipal da terceira proposta de alteração, feita ao abrigo do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 2 do art.º 23.º e alínea v), do art.º 33.º, conjugadas com a alínea k) do n.º 1 deste último dispositivo legal, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal aprova as alterações e republicação, ao "Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos".



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 1.º

Objetivo

O Presente regulamento destina-se à definição dos critérios para a atribuição da comparticipação em medicamentos, bem como todo o procedimento referente à concessão da mesma.

Artigo 2.º

Âmbito

A comparticipação em medicamentos destina-se a apoiar os idosos residentes no Concelho de Ourique economicamente mais carenciados, que por falta de meios, estão impossibilitados de ter acesso a uma situação social mais digna.

Artigo 3.º

Beneficiários

1. Podem beneficiar da comparticipação em medicamentos todos os Cidadãos residentes no Concelho de Ourique, desde que, cumulativamente preencham os seguintes requisitos:
 - a) Ter idade igual ou superior a 66 anos e 2 meses, ou inferior em caso de pensionista por invalidez, deficiência e/ou por viuvez com rendimentos do agregado familiar iguais ou inferiores ao estipulado na alínea d) deste mesmo artigo.
 - b) Ser pensionista reformado ou carenciado com insuficientes meios de subsistência.
 - c) Residir e ser eleitor no Concelho de Ourique há pelo menos 2 (dois) anos;
 - d) A média dos rendimentos *per capita* ser:
 - Igual ou inferior ao valor da Pensão Mínima do Regime Geral de Segurança Social no Regime contributivo de mais de 31 anos de carreira para os agregados familiares constituídos por mais do que um elemento (valor estipulado e atualizado anualmente pelo Instituto de Segurança Social, acrescido de 10%).



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

- Igual ou inferior ao valor da Pensão Mínima do Regime Geral de Segurança Social acrescido de 50% para os agregados familiares constituídos só por um elemento.

2. Nos termos do disposto na alínea d) do ponto anterior, o rendimento mensal *per capita* do agregado familiar é calculado com base na seguinte fórmula:

$$C = \frac{R - I}{14 N}$$

Em que: **C** = Rendimento Per capita;

R = Rendimento familiar ilíquido referente ao ano anterior;

I = Impostos, contribuições e rendas de habitação;

N = Número de pessoas que compõem o agregado familiar.

3. Para efeitos deste Regulamento Considera-se:

- **Agregado familiar** - para além do requerente as pessoas que com ele vivam em economia e comum habitação.
- **Rendimento** - conjunto de todos os rendimentos ilíquidos e subsídios dos membros do agregado familiar.

4. Nos casos a que se refere as alíneas a) e d) do número anterior, a Câmara Municipal reserva-se o direito de abranger, a título excecional, outros beneficiários, sendo esta decisão tomada em Reunião de Câmara, mediante proposta do Serviço de Ação Social, devidamente fundamentada e comprovada.

Artigo 4.º

Processo de Candidatura

1. O pedido de comparticipação decorrerá anualmente, e de forma continua.
2. O pedido de comparticipação é feito aos Serviços de Ação Social da Câmara Municipal, ou mediante o preenchimento de requerimento próprio e apresentação dos seguintes documentos:



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

40.
X
R
Jodur
R

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão, Cartão de Contribuinte, Cartão do Serviço de Segurança Social (ou Cartão de pensionista) do requerente e dos restantes elementos que com ele coabitam.
 - b) Comprovativo (s) dos rendimentos do agregado familiar, referentes ao ano anterior.
 - c) Atestado (s) da Junta de Freguesia da qual devem constar o número de eleitor, a data de emissão, a residência há mais de dois anos e a composição do agregado familiar.
 - d) Atestado médico em caso de deficiência.
 - e) Revogada.
 - f) Outros documentos pedidos pela Autarquia, sempre que esta o considere necessário para análise do processo.
3. Todos os processos de candidatura poderão ser confirmados pelo Serviço de Ação Social, podendo este solicitar outros documentos ou informações a outras entidades para uma avaliação objetiva do processo.
 4. O simples facto de apresentação de uma candidatura não confere ao requerente o direito à atribuição de comparticipação em medicamentos.

Artigo 5.º

Análise de Candidatura

1. A Câmara Municipal através do Serviço Social, procederá à análise do (s) requerimento (s), emitindo Parecer para Reunião de Câmara sobre o deferimento do (s) mesmos (s).
2. Todos os requerentes serão informados por escrito da decisão, quer de deferimento quer indeferimento da candidatura apresentada.
3. Caso a proposta de decisão seja de indeferimento, haverá lugar à audiência dos interessados nos termos do C.P.A.



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 6.º

Benefícios

1. O benefício atribuído corresponde a uma comparticipação financeira de 100%, na parte que cabe ao Utente, na aquisição mediante Receita Médica, de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.
2. Para a concessão da comparticipação, os beneficiários deverão entregar, nos serviços competentes da Câmara Municipal de Ourique, fotocópias das Receitas Medicas e do respetivo recibo emitido pela Farmácia, o qual deverá especificar os medicamentos prescritos.

Artigo 7.º

Obrigações dos Utilizadores

Constituem obrigações dos beneficiários:

- a) Informar previamente a Câmara Municipal de Ourique da mudança de residência bem como de todas as circunstâncias verificadas posteriormente, que alterem a sua situação económica;
- b) Não permitir a utilização por terceiros.

Artigo 8.º

Cessaçã do direito de utilização

Constituem causa de cessação do direito ao apoio de comparticipação nos medicamentos, nomeadamente:

- a) As falsas declarações para obtenção do apoio terão como consequência imediata a sua anulação, a devolução dos valores correspondentes aos benefícios obtidos e a interdição por um período de 2 anos de qualquer apoio da Autarquia, sem prejuízo do competente procedimento judicial, se aplicável;
- b) O recebimento de outro benefício ou subsídio concedido por outra instituição e destinado aos mesmos fins, salvo se for dado



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

conhecimento à Câmara Municipal, e esta, ponderadas as circunstâncias considerar justificada a acumulação.

- c) A não apresentação no prazo de 30 dias úteis, da documentação solicitada;
- d) A alteração ou transferência da residência;
- e) A transferência do recenseamento eleitoral para outro Concelho.

Artigo 9.º

Validade

A candidatura à medida não requer renovação periódica, sendo esta válida, enquanto os candidatos reunirem todos os critérios que deram origem à sua contemplação pela mesma.

Artigo 10.º

Alteração ao Regulamento

Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e nos termos legais, as alterações consideradas indispensáveis.

Artigo 11.º

Dúvidas e Omissões

É da competência da Câmara Municipal de Ourique a resolução de casos omissos e duvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento.

Artigo 12.º

Disposições Finais

1. Os encargos resultantes da aplicação deste Regulamento serão comparticipados por verbas a inscrever anualmente no Orçamento da Câmara Municipal de Ourique.
2. O desconhecimento deste Regulamento não poderá ser invocado para justificar o não cumprimento das suas disposições.



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a publicação em Edital, depois da aprovação pela Assembleia Municipal.

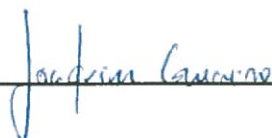
ENCERRAMENTO

O presente documento, que contém 5 (cinco) folhas, que antecedem, devidamente numeradas e rubricadas, foi aprovado por unanimidade, em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Ourique, realizada em 28 de outubro de 2015. -----

O Presidente da Câmara



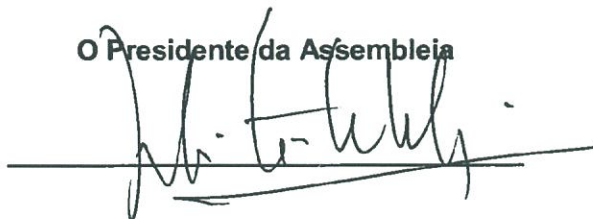
Os Vereadores



APROVAÇÃO FINAL

O presente documento que antecede mereceu a aprovação por _____, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Ourique, realizada em 3 de dezembro de 2015. -----

O Presidente da Assembleia



O 1.º Secretário

O 2.º Secretário

